

COMO NASCE O OE

[PROCESSO DE ELABORAÇÃO]

Onze meses para

O documento central de política do Governo foi apresentado ontem, mas os trabalhos para as centenas de páginas divulgadas começaram quase um ano antes. Uma crónica de milhares de horas, muitas noites,

Helder Reis é sub-director do novo super gabinete de estratégia das Finanças, responsável pelo cenário macro e pelo relatório do OE. Guarda toda a Informação no maior sigilo: “alguns papéis nem deito no lixo”, diz.



Luís Morais Sarmento, director-geral do Orçamento, a voz técnica de aconselhamento ao ministro das Finanças, “gosta de visitar” e acompanhar de perto os trabalhos de preparação do documento que vai controlar.



1

Dezembro a Maio

Contas e mais contas para definir as grandes linhas do ano seguinte

“Não sei se vai acontecer, mas estou disponível para o fazer”. Já o fez aliás outras vezes: “ir a casa, tomar duche, trocar de fato e regressar”, diz o sub-director do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI). É à sua equipa que cabe a tarefa de redigir e harmonizar as centenas de páginas do relatório do Orçamento do Estado, o mesmo documento que foi entregue ontem no Parlamento e que no dia anterior foi ainda sujeito a ajustes na reunião de Conselho de Ministros. O fim da linha do processo de meses que se inicia com a actualização de Dezembro do Programa de Estabilidade e Crescimento. No PEC ficam definidas “as principais linhas para o ano seguinte, em termos de receitas, despesas e cenário macroeconómico”, explica Helder Reis. Aí, a sua equipa explicita as principais medidas da acção do Governo, os objectivos e a expectativa para o andamento da economia. Poucos meses depois, em Abril, o exercício é repetido no Relatório de Orientação da Política Orçamental: a seis meses da apresentação do OE, os princípios são afinados e, como reforça Luís Morais Sarmento, Director Geral do Orçamento, “apesar de haver sempre alterações, o OE está definido em termos de grandes números e objectivos”. Com cenário para o crescimento da economia e suas componentes e com o objectivo de défice definidos, grosso modo, o limite de despesa fica estabelecido. Agora, começa a luta entre ministros.

2

Junho a Agosto

DGO entra em campo: aconselha nos “plafonds” e estabelece regras

Junho. O peso político dos ministros começará a contar dentro de momentos. Por agora, falta ainda a estimativa de receitas fiscais. Aqui não é o GPEARI que conta, mas a equipa de Amaral Tomaz, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. “A relação das receitas fiscais com a economia é muito difícil de definir pois depende de variáveis como das decisões de política fiscal e da eficiência da máquina”, explica Reis. Com o montante global de receitas, de despesas, défice e prioridades políticas definidas é tempo de dividir o bolo, ou seja, os “plafonds”. O trabalho é político, a pressão muita: nenhum ministro gosta de ficar a perder. Este é um dos momentos em que a relação entre o ministro das Finanças e o responsável pela Direcção Geral do Orçamento (DGO) mais se estreita. “Essa [a definição de “plafonds”] é uma competência dos ministros, mas a DGO é ouvida em questões como o impacto de alterações de políticas ou, por exemplo, sobre os efeitos de medidas como as decorrentes da reforma do Estado”, diz Morais Sarmento – a voz técnica no meio do coro político que durante Julho canta ao ministro e ao primeiro ministro. A par com as negociações, os serviços centrais da DGO estão num dos seus picos de trabalho para o OE: preparam as regras que terão de ser seguidas por todos os serviços do Estado no carregamento das respectivas receitas e despesas. O OE está pronto a descer aos 730 serviços da Administração Pública que o vão trabalhar durante Agosto.